

# Oferta de monitores para alunos neurodivergentes é desafio

Cada agente é responsável por sete alunos na rede de ensino da Capital

/ EDUCAÇÃO

Cássio Fonseca  
cassiof@jcrs.com.br

A prefeitura de Porto Alegre enfrenta o desafio de prover aos alunos neurodivergentes da rede municipal o apoio e o acompanhamento ideal em sala de aula e no espaço escolar. Conforme a Secretaria Municipal de Educação (Smed), 1.340 monitores estão atuando neste ano letivo, sendo 567 concursados e outros 773 da Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social (Abess), através do programa Incluir+POA. Destes, 62 concursados e 644 monitores da Abess atuam no Ensino Fundamental e outros 505 concursados e 129 da Abess no Infantil. Não há monitores no Ensino Médio.

A Smed, em nota, explica que, considerando os agentes da Abess atualmente em atuação, a média, em toda a rede de ensino, gira em torno de sete estudantes por agente. No início do programa Incluir+POA, essa relação era de aproximadamente 10 estudantes por profissional. Os monitores concursados trabalham tanto no apoio de inclusão quanto pedagógico, enquanto os profissionais da Abess trabalham apenas com educação especial.

Há, conforme a prefeitura, o intuito de aumentar o contingente e se aproximar de uma média entre o que é o ideal e o que, pelas limitações do poder público, é possível chegar. A Smed informa que está prevista a expansão da parceria com a Abess, o que permitirá ampliar o número de profissionais de apoio.

A mestre em psicologia e especialista na área, Alessandra Benites, destaca que a lei é controversa e que, na teoria, o monitor não pode ajudar na parte escolar, porque já

tem o que faça, nem na parte terapêutica e na parte de cuidados com sonda, porque existem outros profissionais que façam. “Só que não é isso que acontece. O pessoal acaba fazendo muito mais. Fica muito aberto para o auxílio para as demais coisas orientadas”.

Alessandra diz que hoje o monitor faz tudo e não é treinado para isso. “E a indicação, no mundo ideal, seria que todos fossem professores formados. Teria que ter um professor de educação especial acompanhando essas crianças”, acrescenta. “E a professora não vai dar conta de sentar e ensinar. Cada criança é uma criança e ela não vai conseguir dar a atenção ideal para

A secretaria Municipal de Educação informa que

**1.340**  
**monitores**

estão atuando neste ano letivo em Porto Alegre

os seus alunos de inclusão, tendo mais outros 20 para dar o currículo”, explica.

Ela entende que o ideal da educação especial é a dupla docência, com dois professores para uma turma. Mas um monitor já ajudaria nessas demandas menores de organização da sala, segundo a psicóloga.

Já a promotora do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), Luciana Dias diz que a situação das escolas municipais tem melhorado. “Está longe de ser o ideal, mas está bem diferente do que se tinha há cerca de três anos”, relata, sobre uma redução considerável do número de expedientes. A grande dificuldade é a questão da

exclusividade, já que o município não trabalha com esses moldes e sim com monitores que atendem as escolas e os alunos de forma global, conforme a necessidade.

“Muitas famílias querem monitor exclusivo, mas isso não é garantia de que ele vai aprender mais ou de que ele vai ficar mais tempo na escola. Porque isso vai depender mais da situação do menino e porque a questão pedagógica quem vai fazer é o professor da sala de aula e o professor da sala de recursos”, reforça Luciana.

Ela também aponta que o processo envolve muito diálogo entre MP-RS e prefeitura e que, quando os pedidos não são atendidos, é preciso recorrer ao judiciário. “Nós temos alguns meninos surdos que precisam de intérprete de Libras. Não conseguimos fazer com que o município atendesse, então eu ajudei a ação para que passassem a disponibilizar esses profissionais”, exemplifica.

Outro gargalo é o tempo de permanência das crianças nas escolas. A promotora afirma que as pessoas confundem o tempo na sala de aula com o tempo na instituição de ensino. Às vezes, o aluno pode não suportar ficar duas horas sentado, mas pode ficar 45 minutos, depois sai e vai fazer outra atividade, que também não deixa de ser uma atividade pedagógica.

“As direções das escolas querem se livrar desses alunos”, afirma Luciana. “É uma situação bem complicada.” Acontece, portanto, que muitas escolas acabam não pedindo monitores e mais professores justamente para dizer às famílias que não possuem capacidade de atender. Luciana complementa que este é um problema tanto da rede municipal quanto da estadual, que inclusive é mais criticada nesse sentido.

## Estado anuncia novo programa de proteção e assistência às mulheres

/ SEGURANÇA PÚBLICA

Alessandra Xavier  
alessandram@jcrs.com.br

Com o objetivo de enfrentar o recente aumento nos casos de feminicídios, o governo do Rio Grande do Sul anunciou, ontem, o Programa Estadual de Proteção e Promoção dos Direitos das Mulheres. Segundo o governador, Eduardo Leite, serão destinados R\$ 71 milhões para novas ações de proteção à violência contra mulheres, além da capacitação e acolhimento das vítimas. O projeto também conta com o apoio dos municípios por meio do programa de cofinanciamento.

“Estabelecemos a política estadual de proteção à mulher gaúcha, um arranjo de todas as forças do Estado com os municípios, para garantir aos municípios a estruturação das suas unidades de articulação para as vítimas, inclusive, incluindo acesso a recursos para obras e investimentos”, afirma o governador. Na ocasião também estavam presentes a secretária da Mulher, Fábiana Richter, a secretária de Planejamento, Governança e Gestão, Danielle Calazans, e o secretário da Segurança Pública, Mário Yukio Ikeda.

Dentro das ações que compõem o novo programa está a abertura do edital, com 126 vagas distribuídas em nove regiões do

RS para acolhimento de mulheres e filhos em situação de violência doméstica, familiar ou de gênero. O encontro ainda apresentou a reserva de 5% das vagas de empregos nos contratos terceirizados da administração estadual às vítimas de agressão.

Para o enfrentamento do aumento de casos, o governo prevê a aquisição de 3 mil novas tornozeleiras de monitoramento do agressor, com edital lançado nesta terça. Entretanto, a aplicação da medida depende da determinação do Poder Judiciário. As Delegacias da Mulher (DEAM) em Caxias do Sul, Canoas, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas devem passar por ampliação dos horários de atendimento, além da criação de uma unidade em Rio Grande. Somente na Capital há atendimento 24 horas por dia. Atualmente, o Estado conta com 23 centros especializados.

Ademais, o governo reforça as informações acerca das ações de proteção pelo portal da Secretaria da Mulher. Chamamentos e canais de denúncia também podem ser consultados pela rede automatizada ‘Chama a Gurla’ via computador ou WhatsApp. “O Estado está determinado a fazer essa grande mobilização, cumprindo a sua responsabilidade, mas também chamando a sociedade toda para juntos protegermos as mulheres gaúchas”, pontua Leite.

MAURÍCIO TONETTO/SECOM RS/DIVULGAÇÃO/JC



Leite informou que serão destinados R\$ 71 milhões para novas ações

## Prouni 2026: prazo para entrega de documentos termina nesta sexta-feira

Os pré-selecionados da segunda chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) do primeiro semestre de 2026 devem entregar a documentação que comprova as informações prestadas no momento da inscrição, diretamente na instituição privada de educação superior em que foram selecionados até esta sexta-feira.

O estudante pode comparecer à faculdade privada para entregar a documentação ou encaminhá-la virtualmente, por meio eletrônico disponibilizado pela instituição. O resultado da segunda chamada foi divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 2 de março, e pode ser acessado o Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.

A iniciativa federal oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso) em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas.

Entre as exigências, é preciso ter alcançado 450 pontos em cada área do conhecimento do Enem 2025, além de ter obtido 500 pon-

tos na redação.

Neste ano, estão sendo ofertadas 595.374 bolsas, em 895 cursos de 1.046 instituições privadas de ensino superior de todo o País. O requisito para ter a bolsa integral do programa é comprovar a renda familiar menor ou igual a um salário-mínimo e meio por pessoa. Para a bolsa parcial (50%), a renda fami-

liar não pode ultrapassar três salários-mínimos por pessoa.

Quem está de olho nas vagas remanescentes e não foi selecionado na primeira e segunda chamadas, deverá manifestar interesse em participar da lista de espera do Prouni, nos dias 25 e 26, também pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.